

N.º: Gp460-X

Proc.º: 30.06.01.18

25.04.00.01.01

Data: 11.02.2014

Assunto: Interpelação ao Governo Regional – Políticas de Saúde – Intervenção de abertura

**Senhora Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;
Senhor Presidente e membros do Governo;**

Gerir a saúde deverá obrigar sempre ao intuito de conseguir o bem comum. Implementar uma política de saúde com qualidade, que traga os benefícios esperados (e pagos) pela população, é sempre o desiderato.

Nos últimos anos, as sucessivas governações socialistas fizeram gala em anunciar reformas do Serviço Regional de Saúde que – já todos verificamos – não passaram de redondos falhanços, com a agravante, a maioria delas, de terem endividado preocupantemente o sistema:

Foi a Telemedicina (que não existe);

Foi o Cartão de Utente (que foi para o lixo);

Foi o SIS-ARD – informatização do Serviço Regional de Saúde (negócio despesista sinónimo escandaloso de má gestão que lesou a Região em milhões de euros);

Foi a SAUDAÇOR (que agudizou o crónico problema financeiro);

Foram os Hospitais EPE (que desde então vivem na falência técnica e não pagam a fornecedores)...

Sobre a radioterapia quase que não vale a pena dizer mais nada; já todos perceberam que se trata de uma “negociata”.

O problema é que os Açorianos continuam a ter que sair da sua Região para se tratarem, quando já poderiam, há dois anos, ser tratados nos Açores, se se quisesse rentabilizar um investimento que já está feito... Isso sim seria boa gestão!

Com a chegada ao poder do “novo” Governo Regional socialista e a tomada de posse do novo Secretário Regional da Saúde, profundo conhecedor do Serviço Regional de Saúde, esperava-se uma evolução nas políticas.

Porém, temos assistido a uma revolução draconiana do sistema público de saúde:

É a implementação de reformas perigosas feitas nas costas dos Açorianos;

É a alteração dos poucos procedimentos que funcionavam bem;

É o encerramento de serviços e a concentração de outros;

Paulatinamente vai-se atentando contra a saúde dos doentes.

Em termos meramente administrativos este Governo renega os fundamentos basilares da Autonomia, limitando-se a mandar aplicar nos Açores normativos legais e, pior, regulamentares, adoptados pela República.

Bem pior que os “maus” negócios e que todas as dívidas que se tem feito é o sofrimento desumanamente infligido aos doentes em lista de espera para

cirurgia, constituindo-se com um dos maiores falhanços do Serviço Regional de Saúde.

**Senhora Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;
Senhor Presidente e membros do Governo;**

Perante o exposto é, pois, tempo de tirar algumas conclusões e questionar o auto-proclamado “novo” Governo socialista.

Primeira conclusão: o principal contributo da governação socialista para o Serviço Regional de Saúde foi aumentar escandalosamente a dívida, por má opção e má gestão, que se tem reflectido na diminuição da qualidade dos serviços prestados!

Primeira pergunta: Qual é a dívida total actual do Serviço Regional de Saúde e quais os encargos futuros assumidos?

Segunda conclusão: Conclui-se pelo falhanço dos milhões investidos nos programas de combate às listas de espera.

Segunda pergunta: Quanto se gastou até hoje no combate às listas de espera e quantos são, efectivamente, os doentes em lista de espera cirúrgica inscritos nos hospitais de Ponta Delegada, Ilha Terceira e Horta? É que todos os números que o Senhor Secretário nos possa não são meros algarismos... São Pessoas... São Açorianos!

Terceira conclusão: A alteração das regras de deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital prejudicou os doentes, porque diminui a frequência de deslocações, aumentou o tempo de espera e/ou obrigou o doente a deslocar-se para se tratar, com prejuízo da sua vida pessoal, profissional e familiar.

Terceira pergunta: porque é que se alteraram as regras de deslocação de especialistas, uma das grandes bandeiras do PS/Açores. Que falhas ou problemas foram detectadas que justifiquem as alterações agora feitas?

Quarta conclusão: Outro grave revés e atentado ao SRS é a alteração dos incentivos à fixação de clínicos em áreas especialmente carenciadas, como por exemplo a medicina geral e familiar, representando a vontade da tutela um verdadeiro retrocesso aos tempos da fundação da Autonomia, quando era preciso atrair médicos pagando deslocações de familiares e bens para virem para os Açores. Tudo isto é tão mais grave porque a maioria socialista aprovou, em 2007, um diploma, proposto pelo CDS-PP, que cria um regime que possibilita uma efectiva e eficiente fixação de médicos nas nossas ilhas.

Quarta pergunta: porque se propõe o Sr. Secretário rasgar um sistema de incentivos que salvaguarda a efectiva fixação e estabilização dos quadros clínicos nos Açores?

Quinta conclusão: O manhoso plano de reestruturação da saúde não passou na auscultação pública, mas a teimosia governamental vai impondo medidas, pela calada, que atentam contra a saúde dos doentes.

Quinta pergunta: Que serviços de saúde vão encerrar nas Unidades de Saúde de Ilha, nomeadamente do Pico, São Jorge e São Miguel? E Quando? E com que justificação?

Sexta conclusão: A austeridade que os socialistas açorianos tanto criticam à governação da República chegou à saúde dos Açorianos, curiosa e estranhamente, pela mão dos socialistas, primeiro, com a introdução das taxas moderadoras (que eram crime de lesa pátria, mas viraram necessidade imperiosa de financiamento e seriam consignadas ao pagamento do Centro de Radioterapia nos Açores), depois, pela retirada de apoios à vacinação (importante ferramenta de prevenção da doença).

Sexta pergunta: Qual o montante de taxas moderadoras já cobradas aos doentes e qual o montante investido no Centro de Radioterapia dos Açores?

Sétima pergunta: Porque motivo não está ainda a ser comparticipada a vacina contra a meningite pneumocócica, conforme proposta do CDS-PP aprovada por esta Assembleia?

**Senhora Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;
Senhor Presidente e membros do Governo;**

O que verificamos é que a actual política de saúde não serve. Trilha o caminho da perseguição à poupança no tratamento dos doentes, em vez de almejar o combate ao desperdício. Corta na deslocação de especialistas, corta na deslocação de doentes, corta nos serviços de proximidade, corta nos programas de combate às listas de espera. Numa frase: corta na saúde dos Açorianos.

O Deputado Regional

Artur Lima